

EM BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO PARA A EMANCIPAÇÃO

Jalon Nunes de Farias¹

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar as deturpações que a alienação causa na vida do operário (nas relações de produção), principalmente sua interferência na vida dos indivíduos, através de instituições educacionais, que exercem uma educação alienante, hegemônica e a serviço do sistema do capital. A “alienação” confere uma forma de conduta humana sem autonomia; os primeiros usos desta palavra surgiram na filosofia hegeliana e posteriormente em Marx. A perspectiva adotada neste estudo tem por base a produção de Marx (1988; 2001) e Mészáros (2008; 2009), através dos quais percorreremos alguns campos em que se podem constatar a alienação e os devidos contratemplos que causa à realidade dos indivíduos, enquanto trabalhadores que produzem a mando de uma ordem estranha e para a satisfação de um poder alheio, o que acarreta na formação de indivíduos acrílicos, apenas para compor mão de obra qualificada, em detrimento de uma formação comprometida com o usufruto da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Alienação; Sistema Capitalista; Educação; Emancipação.

EN BUSCA DE UNA EDUCACIÓN PARA LA EMANCIPACIÓN

RESUMEN: Este artículo tiene como propósito analizar las deturpaciones que la alienación causa en la vida del operario (en las relaciones de producción), sobre todo su interferencia en la vida de los individuos, a través de instituciones educativas, que ejercen una educación alienante, hegemónica y a servicio del sistema del capital. La “alienación” confiere una forma de conducta humana sin autonomía; los primeros usos de esta palabra surgieron en la filosofía hegeliana y más tarde en Marx. La perspectiva adoptada en este estudio tiene por base la producción de Marx (1988; 2001) y Mészáros (2008; 2009), a través de los cuales recorreremos algunos campos donde se puede constatar la alienación e los reveses propios que causa a la realidad de las personas, como trabajadores que producen bajo el yugo de una orden extraña orden y para la satisfacción de un poder ajeno, lo que implica la formación de individuos desprovistos de crítica, sólo para componer mano de obra calificada, a expensas de una formación comprometida con el disfrute de la ciudadanía.

PALABRAS CLAVE: Alienación; Sistema Capitalista; Educación; Emancipación.

IN SEARCH OF EDUCATION FOR THE EMANCIPATION

ABSTRACT: This article aims to analyze the distortions that the alienation provokes in the worker's life (the relations of production), especially its interference in the lives of individuals through educational institutions, which have an alienating, hegemonic education, and submitted to the capital o system service. The "alienation" gives a form of human behavior without autonomy; the first uses of this word appeared in Hegelian philosophy and later in

¹ Licenciado em Filosofia, pela Faculdade Católica São Tomás de Aquino - FACESTA; bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL; Mestrando do Programa de Mestrado em Ciências da Educação: Formação Educacional, Interdisciplinaridade e Subjetividade. E-mail: Jalon.n@hotmail.com

Marx. The perspective adopted in this study is based on the production of Marx (1988; 2001) and Mészáros (2008; 2009), through which we will cover some fields they can establish the disposition and the proper setbacks that because the reality of individuals, while workers who produce the behest of a strange order and to the satisfaction of a foreign power, which results in the formation of uncritical individuals, only to compose skilled labor to the detriment of a committed training with the usufruct of citizenship.

KEYWORDS: Alienation; Capitalist System; Education; Emancipation.

1 INTRODUÇÃO

Na tentativa de esclarecer basicamente sobre o fenômeno destrutivo que a alienação confere ao homem, fazendo assim com que se conheça a sua ação repressiva aos ramos da liberdade, que ao contrário proporcionariam mudanças na vida prática e humana do indivíduo, é que nos propusemos a trabalhar tal tema de modo a conhecermos algo mais sobre o processo de alienação e sua analogia com as relações sociais e o papel da educação na sociedade. Sobre a educação, Sader (2008, p. 15) é de opinião que “em lugar de instrumento de emancipação humana,

agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema. A natureza da educação — como tantas outras coisas essenciais nas sociedades contemporâneas — está vinculada ao destino do trabalho. Um destino que se apoia na separação entre trabalho e capital, que requer a disponibilidade de uma enorme massa de força de trabalho sem acesso a meios para a realização, necessita, ao mesmo tempo, socializar os valores que permitem a sua reprodução. No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema político de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos (SADER, 2008, p. 15-16).

Tratando-se de algo que atinge a todos, torna-se essencial desvelar sobre a raiz da alienação, ou seja, a sua origem: como procede para inserir alguém no seu processo alienante e que fim se destina alcançar? Constatamos que ao nascer a criança encontra-se diante de inúmeras influências que podem levá-la a uma condição ferrenha de alienação. Porém, se partirmos das ideias da filosofia de Marx observaremos que a alienação é extremamente coercitiva, capaz de levar homens e mulheres a trabalharem sem que sintam satisfação e nem mesmo domínio sobre o objeto produzido, isto é, a mercadoria.

Este artigo é de base teórica, foi realizado através de fontes bibliográficas. A pesquisa bibliográfica garante ao pesquisador um aporte teórico, que servirá para nortear o entendimento e o desenvolvimento da pesquisa, bem como mostrar (transparecer) a linha teórica em que o pesquisador se insere, logo, é o material já escrito e/ou documental que servirá de base para constituir uma “nova produção”.

Inicialmente trataremos do conceito de alienação, desde a etimologia do termo até a sua interpretação segundo o campo Jurídico, a Psicologia, a Psiquiatria, a Religião, a Antropologia, a Educação, a Filosofia Política, no lazer entre outros, bem como o seu

entendimento a partir da obra de Marx (1988; 2001). Em seguida abordaremos sobre o problema da alienação na escola, destacando que o sistema educacional está fundamentado de tal forma a servir o sistema do capital, através de uma coerção disfarçada na formação para o mercado de trabalho. A seguir mostraremos que, segundo a teoria de Mészáros (2008; 2009), para superar a alienação na sociedade e na educação precisaremos romper radicalmente com a lógica hegemônica e formal, através de uma “contrainternalização” absoluta e necessária, aproximando cada vez mais a escola da sociedade. Por fim, nas considerações finais, apresentaremos algumas estratégias a fim de superarmos a alienação e ajudarmos na formação de indivíduos livres e críticos.

2 O CONCEITO DE ALIENAÇÃO

A alienação ameaça o trabalho e a consciência humana, isto é, a vida do homem de um modo geral e sua ocorrência é remota, mas sua intensificação ocorre desde a época moderna, quando o Mercantilismo e as relações econômico-financeiras passaram a dominar e a ditar as regras sobre a sociedade. Etimologicamente, alienação advém do latim *alienare/alienus*, que significa *que pertence a outro*; transferir o que é seu para o outro.

Foi na filosofia hegeliana que o conceito de alienação começou a ser trabalhado. Hegel (1770-1831) via na alienação a possibilidade do homem sair da consciência ingênua e alcançar a consciência de si. Compreende-se tal mudança a partir de Hegel (apud SOUZA, 2003, p. 19), para quem “na sociedade civil cada um é um fim para si mesmo e todas as demais pessoas não são nada para ele. Porém, sem relação com os demais ele não pode alcançar seus (objetivos) ou fins; os outros são, portanto, meios para o fim de um indivíduo particular”.

Outros segmentos do cotidiano costumam usar-se do termo alienação para descrever certas situações de subalternidade, nas quais se subtrai a autonomia humana frente aos estímulos coercitivos e típicos de submissão. Juridicamente, significa a perda de um bem ou direito pela hipoteca, ou seja, um determinado objeto imóvel ou outro valor de venda e troca torna-se um bem alienado.

Na Psicologia e na Psiquiatria este conceito é usado para determinar ou descrever um estado mental de uma pessoa, cuja ligação com o mundo está incoerente, isto é, anormal. Nesse sentido, uma pessoa alienada é alguém que deve ser assistido por um profissional da área.

Em religião significa a servidão do homem em relação à simbologia do Sagrado. O ser humano passa a idolatrar as imagens (idolatria). Talvez tenha sido nesse segmento que ocorreram as primeiras formas de alienação já citada no livro dos Salmos, no Novo Testamento, quando descreve que os indivíduos *tinham olhos, mas não viam, tinham ouvidos, mas não ouviam*.

No sentido Antropológico, alienação é o estado em que um povo se encontra forçado a abandonar seus valores culturais, tendo obrigatoriamente que receber e assumir os costumes do dominador.

Na Educação a questão da alienação é crucial por tratar-se da formação de indivíduos que estão abertos para o aprendizado e precisam receber conhecimentos necessários à vida inteira (humano e socialmente), devendo estar à distância das utopias dominantes e seletivas e das ideologias viciosas.

A educação se apresenta, necessariamente, como um reflexo da sociedade alienante e serve do sistema do capitalismo; como afirma Mészáros (2008), somente a transformação do meio social, juntamente com as instituições educacionais formais², poderá acarretar uma mudança significativa, uma vez que os processos educacionais e os processos sociais estão imbricados, de maneira que uma transformação socialmente qualitativa nos processos sociais, refletirá positivamente no âmbito educacional.

Já na Filosofia Política de orientação crítica a alienação é vista como um processo que leva o homem a tornar-se uma engrenagem integrante de uma unidade de produção, e mais, incapaz de opinar e optar sobre as decisões tomadas no âmbito da política. Sua coação ocorre com mais fervor quando os meios de comunicação passam a “orientá-lo”, visando apenas ao seu enquadramento no sistema capitalista. Ocorre assim, uma alienação reforçada pela publicidade, instigando as massas populacionais ao consumo, ao exagero por meio de um *marketing* convincente e apelativo.

No lazer ocorre porque o homem já vive mergulhado na alienação sobre as suas outras formas e torna-se extremamente incapaz mais psíquico do que físico de divertir-se e quando

² Mas a educação formal “[...] não é a força ideologicamente *primária* que consolida o sistema do capital; tampouco ela é capaz de, *por si só*, fornecer uma alternativa emancipadora radical. Uma das funções principais da educação formal nas nossas sociedades é produzir tanta conformidade ou “consenso” quanto for capaz, a partir de dentro e por meio de seus próprios limites institucionalizados e legalmente sancionados. Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa — ou mesmo mera tolerância — de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental. É por isso que, também no âmbito educacional, as soluções “não podem ser *formais*; elas devem ser *essenciais*”. Em outras palavras, eles devem abarcar a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida” (MÉSZÁROS, 2008, p. 45, grifos do autor).

se diverte é violentamente de maneira manipulada. Enquanto isso a “propaganda bem mantida da ‘indústria do lazer’ orienta as escolhas e os modismos, manipula o gosto, determinando os programas: boliche, discoteca, patinação, danceterias, filmes e moda” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 18, grifo do autor). Todos esses aspectos cooperam excepcionalmente com os múltiplos processos de alienação.

Em Filosofia, o estudo sobre este fenômeno tem inúmeros adeptos. Primeiramente com o filósofo Hegel, que fez uma síntese extraordinária para a história da Filosofia, tendo na alienação uma coisa boa e saudável para o homem, pois Hegel falava de luta de opostos em que o interior do sujeito é “a negação da negação”, sendo assim o ser de um indivíduo residia no ser do outro e a alienação teria o papel de não permitir a diluição desse oposto. Por outro lado, Ludwig Feuerbach (1804-1872), via o cume alienante, ou seja, a forma mais implacável e não proporcionadora de espontaneidade do espírito e da ação humana na alienação enquanto arrebatamento religioso, seria nestas circunstâncias que o homem tornava-se menos dono de si mesmo, acreditava o filósofo.

A partir da Filosofia Política Contemporânea novos filósofos trataram do conceito de alienação. Alguns seguidores das correntes marxianas ou simplesmente marxistas ou da tradição do materialismo dialético ou histórico, bem como pensadores de outras correntes filosóficas. György Lukács (1885-1971) observou haver uma alienação globalizada dedutivamente exercida, que seria a “cristalização das coisas”, ou seja, a coisificação do mundo e dos elementos nele contidos, pela qual ocorre uma universalidade de objetos e essa alienação acontecia desde as fábricas até os demais setores da sociedade.

Herbert Marcuse (1898-1979) e os demais da Escola de Frankfurt especificaram-se nas questões artísticas, cuja Arte seria também alienada, tornando-se simplesmente mercadoria e a beleza artística deixa de servir de “contemplação e espiritualidade” e tornar-se-ia, apenas, valor de troca.

Jean Paul Sartre (1905-1980), através do “Existencialismo”, observou que a alienação é inserida pelos meios de comunicação que representam o poder.

Louis Althusser (1918-1990) chamava à retomada humanística e ideológica, visando à definição das Instituições enquanto alienadoras e pontuando suas ações sobre os indivíduos, no controle dos mesmos; as instituições formais seriam, portanto, um conjunto de “Aparelhos Ideológicos do Estado”.

Vejamos abaixo o que as teorias do ensino de História dizem sobre a alienação, a partir da leitura da obra de Marx:

Por alienação entende-se a noção de que nossas próprias potencialidades enquanto seres humanos são realizadas ou assumidas por outras entidades. O termo foi (mais) utilizado por Marx, primeiramente, para indicar a projeção de poderes humanos nos deuses. Posteriormente, ele o empregou para referir-se à perda de controle do trabalhador sobre a natureza e o produto do seu trabalho (MOTA; BRAICK, 1997, p. 23).

Karl Marx (1818-1883), portanto, a partir do entendimento do materialismo-dialético, identifica alienação como um processo destruidor da autonomia humana, enquanto trabalhador que não tem a posse e o uso do objeto trabalhado, ou seja, a força de trabalho lhe é roubada, alienada, e ele se perde nas relações de trabalho, tornando-se inferior aos objetos (mercadorias) que produz.

Logo, na Filosofia de Marx, entende-se por alienação um “alheamento” pelo qual o homem afasta-se de si mesmo quando, por exemplo, busca possibilidades de sobreviver por si só com o que produz e não consegue porque o capitalismo impõe valores a todas as coisas inclusive ao trabalhador; este se vê obrigado a vender sua força de trabalho para atribuir esse valor ao seu produto; assim, ele poderá consumir todos os outros produtos que o “fetichismo” já lhe conduz a adquirir, mesmo porque se encontra desprovido dos instrumentos de trabalho. O homem torna-se, portanto, alheio a si mesmo e as instituições contribuem para alterar o seu pensar e o que ele produz é insuficiente, desvalorizado se não estiver agregado ao sistema capitalista.

3 MARX E O CONCEITO DE ALIENAÇÃO

Importante filósofo, economista e socialista alemão, Marx é detentor de uma vasta produção, tanto no campo das ciências histórico-sociais, quanto no âmbito da economia política. Ele traz, através de obras primas como “O Capital”, reflexões profundas para a luta contra a submissão existente na relação capitalismo *versus* trabalhador. Marx apresenta o efeito submisso e excludente, forjador de vida comum e normal, que a alienação confere ao trabalhador quando este torna-se vítima da divisão do trabalho.

Se quisermos analisar a alienação em Marx, deveremos analisar a partir do conceito de “mercadoria”, enquanto resultado final do trabalho e o que determinará o seu preço.

A mercadoria é um elemento que, primeiramente, satisfaz certas necessidades do homem, não importa o que seja, como é produzida, ou ainda de onde venha, ou por quem é produzida. No sistema capitalista o que interessa é o valor da mercadoria e o lucro que se obterá. Porém, o homem tem por natureza essa necessidade, seja em adquiri-la ou ainda em

produzi-la. A mercadoria em si não é dotada de valores, o que lhe faz útil é justamente sua possibilidade de ser utilizada, consumida e também o poder de troca que desperta. Quer dizer, a partir de sua mercantilização ela adquire um “valor de uso” e este “só se realiza com a utilização ou o consumo” (MARX, 1988, p. 42).

Se partirmos da ideia do “valor de uso” da mercadoria, constataremos que só lhe resta uma propriedade, que é o resultado do trabalho. Mas, neste caso, o valor do trabalho, que deveria ser considerado e valorizado no ato de se produzir, ou seja, enquanto força e capacidade produtiva do homem, não se efetiva, e todo o valor passa para a mercadoria, havendo então uma “transmutação”. E assim a alienação é aflorada porque a partir do momento em que o produto (mercadoria) perder seu valor de uso, desaparecerão também as formas de “trabalho concreto”, transformando-o em “trabalho abstrato”, que levará o executor a uma condição também de abstração permanecendo numa situação de subordinação.

Uma mercadoria produzida por um trabalhador, não é valorizada nem dotada de importância segundo a disponibilização e o talento dele, ou ainda a sua capacidade de produção, pois as condições naturais e espontâneas não importam, mas necessariamente a mercadoria torna-se avaliada segundo o tempo de trabalho, ou seja, é medido o tempo gasto para se produzir algo e daí ele receberá determinado valor. O que vale mais não é como se produz qualitativamente, mas quanto se produz quantitativamente a mando de um poder maior. Portanto, “o que determina a grandeza do valor é a quantidade de trabalho socialmente necessário para a produção de um valor de uso” (MARX, 1988, p. 46).

Então, a valorização e/ou grandeza de uma mercadoria é dada e varia conforme a razão direta da quantidade, enquanto imerge diante da forma de produtividade. “Trabalho humano mede-se pelo dispêndio da força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial possui em seu organismo” (MARX, 1988, p. 51).

Essa realidade é cruel porque o homem ser dotado de diversas habilidades e capaz de produzir de diferentes e amplas maneiras os inúmeros objetos que poderão lhe servir, torna-se um indivíduo enquadrado numa forma de produção que lhe diz a todo instante ser natural e necessária, quando não o é. Se o homem produzir (somente) por si e para si, não será aceito no dinamismo da sociedade econômica, sendo então, estimulado a produzir não só para cumprir suas necessidades vitais, pois assim, segundo esta realidade estaria escrevendo sua própria decadência, mas ao inverso deverá produzir para além de sua precisão e conseqüentemente produzirá um bom excedente.

Na verdade, ele é requisitado a produzir até o máximo de sua força e capacidade. O organismo econômico lhe exaure as possibilidades de produzir, enquanto trabalha para

subsistir acaba produzindo para enriquecer outros, sendo que a parte de produção que ultrapassa o seu limite para sobreviver e o que concerne ao recebimento do salário, não é remunerada (isto constitui parte essencial da “mais-valia”), enfim, este trabalho que vai além das horas necessárias e a troca de valores (quando o trabalhador torna-se subordinado e alheio ao que produz) lhe conferem a drástica alienação, a alienação do trabalho.

O que resume totalmente a vantagem que ocorre do capitalismo sobre o indivíduo alienado é o “lucro”, que o capitalista obtém. Logo, o trabalho humano é medido de acordo com a duração para se efetivar o mesmo.

É assim que a mercadoria passa a assumir e absorver todas as características e valores possíveis próprios do trabalho humano, então, mercadoria originada de um trabalho humano útil, “concreto”, ao roubar os valores do trabalho do homem, o torna “trabalho abstrato”. Logo, o “trabalho objetivado no valor da mercadoria é representado não só pelo aspecto negativo em que se põem de lado todas as formas concretas e propriedades úteis” (MARX, 1988, p. 75), há, ainda, a redução de todos os trabalhos reais a uma condição comum de trabalho humano, de força humana arrebatada pelo trabalho.

Marx (1988) adverte que a mercadoria envolve as características sociais do próprio trabalho dos homens. Oculta, portanto, a relação social entre trabalho, os indivíduos (os produtores) e o trabalho total. Essa inversão de valores é inserida como se fosse natural, visto que já se impregnou no organismo de produção, seja na sociedade do século XIX, seja nos dias atuais.

Logo, o “trabalhador desce ao nível da mercadoria” (MARX, 1988, p. 110), e quanto maior é a produção, menor é a sua valorização. Desta compreensão, a sociedade divide-se entre os poucos que possuem propriedade e a massa de trabalhadores sem propriedade. A história de toda a sociedade humana até nossos dias é uma história de luta de classes: senhores *versus* escravos, patrícios *versus* plebeus, barões *versus* servos, mestres *versus* aprendizes, sábios *versus* ignorantes (sem o poder de comunicação) entre outras. Estas classes quase sempre numa luta ininterrupta, ora encoberta, ora desvelada, que leva ou à transformação total do regime social ou à extinção de alguma das classes em conflito.

Dessa forma, há séculos se alimenta uma lógica cruel que aparece disfarçada como se fosse originada de relações inatas: é a lógica na qual o mundo das coisas é extremamente valorizado, exageradamente idolatrado em detrimento do valor do mundo dos homens. E ocorre uma inversão extrema e injusta: quanto mais o trabalhador produz, menos possui e mais se submete ao domínio do capital. O homem vende a sua vida ao mercado, porque o

“trabalhador põe sua vida no objeto, porém agora ela não lhe pertence mais, mas sim ao objeto. Quanto maior é o produto mais ele fica diminuído” (MARX, 2001, p. 112).

Portanto, nas relações produtivas que ocorrem alienadamente, o trabalho é imposto, à força, quando deveria ser voluntário pertencente ao próprio trabalhador e a serviço dele. Quando o trabalho alienado tira do homem a sua vitalidade, rouba-lhe também o seu elemento de produção e lhe tira a compreensão de vida real, então ele torna-se “coisificado”. O “operário tem alienada a matéria-prima; são alienados os seus instrumentos de trabalho; o produto do trabalho lhe é arrancado, com a divisão do trabalho; ele é mutilado em sua criatividade e humanidade; ele torna-se, então, mercadoria nas mãos do capital” (REALE; ANTISERI, 1991, p. 193).

Toda servidão humana está intimamente envolvida na relação do trabalhador com a produção, sendo esta alienada e, portanto, todos os demais tipos de servidão nada mais são do que uma “cara nova” da alienação. E então, o trabalho alienado abre-se para dois caminhos proporcionadores de alienação e de apropriação, sendo que um gera o outro e vice-versa: o primeiro pertence ao trabalhador alienado, enquanto o segundo enriquece o burguês.

4 O PROBLEMA DA ALIENAÇÃO NA EDUCAÇÃO

A alienação na educação ocorre naturalmente como um reflexo legítimo das relações sociais. Os alunos são tantas vezes tratados como indivíduos inativos, receptores de axiomas e de conhecimentos superficiais, fragmentados, enfim, pouco contextualizados com a realidade que eles vivenciam. E essa atitude acrítica e fechada praticada principalmente por gestores e docentes, faz com que o ensino e a aprendizagem se desenrolem de forma a contribuir com a formação de indivíduos moldados para se enquadrarem na realidade alienante que os mantém, mesmo que o discurso declare e faça a exigência do inverso. Assim,

O sistema escolar fundamental, no sistema capitalista, já nasceu de uma forma desigual, pois até o início do século XX a escola servia basicamente aos filhos das classes dominantes e médias. Os filhos dos trabalhadores, quase sempre, eram excluídos, tendo acesso apenas às escolas de Igrejas (dominicanas) ou às que muitas vezes existiam no interior das fábricas (TOMAZI, 1997, p. 67).

Observamos, portanto, que as escolas públicas continuam desenvolvendo um ensino muito próximo do tradicional, mesmo que estejam repletas de equipamentos tecnológicos e diversas mídias as quais poderiam contribuir para uma qualificação, articulação e melhoria do

ensino. Percebemos, dessa forma, que o ensino institucionalizado traz consigo a marca da servidão à hegemonia, como assevera Mészáros (2008, p. 35), quando afirma que

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu — no seu todo — ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma *internalizada* (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas. (grifos do autor)

Além dessa marca de servir ao sistema do capital, educar para o capital e não para a vida, a escola possui atualmente inúmeros déficits, dentre eles, a evasão escolar, que aparece como um fracasso constante e um dos problemas do nosso sistema educacional. E esse “fracasso escolar remete ao fracasso dos indivíduos, ou ainda de um sistema social, econômico e político” (CARRAHER; CARRAHER; SCHLIEMANN, 2001, p. 23). Vale ressaltar que as escolas particulares tornam-se um privilégio das classes dominantes e os colégios da rede pública remediavam as classes dominadas. Porém, também nas escolas particulares impera a alienação da forma explícita, pois todas as instituições formais, de um modo geral, servem ao capitalismo.

Os professores não são vilões propagadores de má educação — aquela alienante —, são, na verdade, objetos e instrumentos diretos ou indiretos de propagação da alienação, segundo o capitalismo e o que pede a hegemonia, afinal de contas, outrora e durante a vida acadêmica e profissional eles sofreram (e sofrem) a influência constante de um sistema educacional alienado.

Na concepção de educação há muito dominante, os governantes e os governados, assim como os educacionalmente privilegiados (sejam esses indivíduos empregados como *educadores* ou como administradores no controle das instituições educacionais) e aqueles que têm de ser educados, aparecem em compartimentos separados, quase estanques (MÉSZÁROS, 2008, p. 69, grifo nosso).

Porque os trabalhadores, assim como os professores, têm alienados “os instrumentos que utilizam, seu trabalho não é espontâneo e não usa-se da criatividade” (REALE; ANTISERI, 1991, p. 193), por isso a aprendizagem emancipadora não vingará.

Na realidade alienante o que impera é o desejo do sistema capitalista, a ideia do lucro e da quantidade. Na educação ocorre o mesmo efeito, o que se vê são salas de aula com bastante alunos (pouca qualidade na estrutura e no projeto social de educação). Logo, os

alunos ainda crianças (em formação social e psíquica) entram numa realidade excludente, exigente e inflexível, que não apresenta saídas para se viver com autonomia e contestação, os que se “formam” e ingressam na função de lecionar, tornam-se mais tarde profissionais igualados à profissão de ensinar e reduzidos ao ato de transmitir.

Uma saída plausível seria o aprimoramento do currículo escolar, tornando-o mais flexível e aberto às considerações da sociedade, através da interdisciplinaridade, metodologia de ensino que supõe duas ou mais disciplinas compartilharem os mesmos objetivos sobre um tema transversal concreto. “Na prática, a estrutura interdisciplinar supõe desenvolver uma nova área em que as disciplinas aparecem subordinadas e vinculadas na trama de conteúdos do tema transversal que se aborda” (YUS, 1998, p. 120).

4.1 A EDUCAÇÃO PARA A VIDA E A SUPERAÇÃO DA ALIENAÇÃO

Segundo alguns estudiosos da educação e especialmente os pedagogos do século XX, influenciados pela tendência da “Escola Nova”, a educação teria uma importante função e ação democratizadora sobre os educandos, sendo assim a educação aparece como um essencial fator de mobilidade na sociedade e então capaz de proporcionar mudança, tanto no âmbito social, quanto nos demais segmentos que levam um indivíduo à emancipação e à saída do fenômeno alienante.

Em tese, os teóricos da Escola Nova estavam certos, com uma ideia progressista e democraticamente embasada, porém, no mundo da prática faz-se necessária mais uma série de mecanismos capazes de efetuar o que se tinha em teoria. Um dos grandes fatores causadores de alienação no processo educacional é justamente esse, a falta de conciliação entre teoria e prática; há, portanto, um abismo extremo entre esses dois polos. Além dessa falta de harmonia, ocorre também a deturpação dos textos, conteúdos, enfim, o próprio currículo escolar, especialmente nos textos didáticos do ensino fundamental, pois “analisando os fragmentos transcritos nos textos complementares, podemos notar que a realidade mostrada à criança é estereotipada, idealizada e, portanto, deformadora” (ARANHA; MARTINS, 1993, p. 41).

Por um lado, toda essa dinâmica excludente da realidade reproduzida e efetivada claramente na escola, reforça-se dia a dia por meio das instituições formais tradicionalmente alienantes: o Exército, a Polícia, os Tribunais, as Prisões, a Escola, a Igreja entre outras, ou seja, algumas instâncias consideradas como aparelhos coercitivos. Por outro lado, há a influência massificadora e anti-libertadora de outros setores da sociedade: a Família, os Meios

de Comunicação, os Sindicatos, os Partidos entre outros, são instâncias que fazem vislumbrar uma realidade perfeita e calma, normal e comum, mas irreal.

A escola dominada por uma prática social que é injusta, desigual, preconceituosa, incide sobre sua clientela uma violência bastante singular, não física, de uma abrangência e prejuízo ainda mais fecundo do que mesmo a tão exercida violência física, é a agressão que alguns críticos chamam de “violência simbólica”, pela qual o indivíduo é enquadrado e influenciado aos poucos de forma que pareça natural e normal (é assim que a alienação perdura no romper da história) e assim comungam-se determinados “conhecimentos” e comportamentos que, na verdade, não libertarão o homem, mas corromperão a formação social, sendo o mesmo paulatinamente inserido no que pede o capitalismo.

Pensando no desenvolvimento do ser social, Mészáros (2008) acredita que a educação deve ser sempre continuada e permanente. Acredita também que a “educação dos educadores” e dos alunos permite a construção de uma sociedade capaz de oferecer aos seus membros o tempo de lazer, por exemplo, e que este não se constitua como uma perda para o capitalismo, pois o que temos é que as classes dominantes impõem uma educação alienante, para o trabalho com o objetivo de manter o homem dominado, não uma educação para a vida. Por sua vez, a educação libertadora poderia transformar o trabalhador em um agente político, que fosse capaz de pensar, agir e por isso usaria as palavras como armas para transformar o mundo.

Mas, para que esta transformação seja capaz de mudar a nossa realidade, superando a alienação, é necessária a reestruturação do sistema educacional formal, incluindo a modificação do meio social; portanto, ela deve ser ampla e radical, conforme opina Mészáros (2008, p. 27), em sua afirmação de que

Limitar uma mudança educacional radical às margens corretivas interesseiras do capital significa abandonar de uma só vez, conscientemente ou não, o objetivo de uma transformação social qualitativa. Do mesmo modo, contudo, procurar margens de *reforma sistêmica* na própria estrutura do sistema do capital é uma *contradição em termos*. É por isso que é necessário *romper com a lógica do capital* se quisermos contemplar a criação de uma alternativa educacional significativamente diferente. (grifos do autor)

As instituições tradicionais formais de educação são partes importantes do sistema global de “internalização”³. Porque, mesmo que os indivíduos participem ou não dessas

³ Uma das funções do capital é “[...] assegurar que cada indivíduo adote como suas próprias as metas de reprodução objetivamente possíveis do sistema. Em outras palavras, no sentido verdadeiramente amplo do termo *educação*, trata-se de uma questão de “internalização” pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes

instituições formais de educação, eles sempre são levados a uma aceitação ativa dos princípios reprodutivos orientadores dominantes da sociedade. “Ao internalizar as onipresentes pressões externas, eles devem adotar as perspectivas globais da sociedade mercantilizada como inquestionáveis limites individuais e suas aspirações pessoais” (MÉSZÁROS, 2008, p. 44-45).

Para uma possível superação do sistema do capital e, por conseguinte, da alienação, Mézáros (2008) recomenda que sejam necessárias a confrontação e a alteração de todo o sistema de internalização. Para isso também se faz imprescindível substituir “as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente” (MÉSZÁROS, 2008, p. 47), e acrescenta:

Necessitamos, então, urgentemente, de uma atividade de ‘contrainternalização’, coerente e sustentada, que não se esgote na *negação* — não importando quão necessário isso seja como uma fase nesse empreendimento — e que defina seus objetivos fundamentais, como a criação de uma alternativa abrangente *concretamente sustentável* ao que já existe [...]; é possível *superar a alienação* com uma *reestruturação radical* das nossas condições de existência há muito estabelecidas e, por conseguinte, de toda a nossa maneira de ser (MÉSZÁROS, 2008, p. 56-60, grifos do autor).

Entendendo dessa forma, o citado autor afirma que não basta apenas negar tal sistema de internalização, uma vez que todas as formas de negação em sua substância encontram-se subordinadas e condicionadas ao objeto que negam, qual seja, o sistema do capital. É preciso então, agir por meio de um metabolismo reprodutivo social dos produtores livremente associados. E a educação, portanto (no sentido mais abrangente do termo), cumprirá um importante papel, pois ela poderá representar os primeiros passos de uma grande transformação social, que envolva a “necessidade de manter sob controle o estado político hostil que se impõe, e pela sua própria natureza deve se opor, a qualquer ideia de uma reestruturação mais ampla da sociedade” (MÉSZÁROS, 2008, p. 61).

Portanto, desde o início do papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à “legitimação constitucional democrática” do Estado capitalista que defenda seus próprios interesses. A esse respeito, dois conceitos principais devem ser postos em primeiro plano: a *universalização da educação* e a *universalização do trabalho como atividade humana autorrealizadora*. De fato, nenhuma das duas é viável sem a outra. Tampouco é possível pensar em sua estreita inter-relação como um problema

foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas “adequadas” e as formas de conduta “certas”, mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 44, grifos do autor).

para um futuro muito distante. Ele surge “aqui e agora”, e é relevante para todos os níveis e graus de desenvolvimento socioeconômico (MÉSZÁROS, 2008, p. 61-65, grifos do autor).

Essa ideia de universalizar e associar o trabalho à educação é muito antiga em nossa história. Pode ser apenas uma imaginação frustrada, dada a sua permanência na consciência da sociedade, no decorrer das gerações, pois sua realização pressupõe fundamentalmente a *igualdade substancial* dos seres humanos. “É por isso que, apenas dentro da perspectiva de ir *para além do capital*, o desafio de universalizar o trabalho e a educação, em sua indissolubilidade, surgirá na agenda histórica” (MÉSZÁROS, 2008, p. 68, grifo do autor).

Educar de forma a superar o capital é, portanto, conquistar um patamar qualitativo para a educação. Mas não basta nos empenharmos num projeto que busque a transformação da educação, retirando-a de um patamar servil (ao capitalismo) para uma qualificação de suas intenções pedagógica e social empenhando-se na formação do indivíduo por inteiro (social e humanamente) é preciso, portanto, que o projeto se constitua em um projeto social. Isto significa que a transformação social que emancipe é mais ampla, urgente, a qual também abarca a educação, uma vez que não pode haver educação sem sociedade: “ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. Cabe a nós *todos* — todos, porque sabemos muito bem que ‘os educadores também têm de ser educados’ — mantê-las de pé, e não deixá-las cair” (MÉSZÁROS, 2008, p. 77, grifos do autor). Caso queiramos construir e viver uma educação que faça a diferença, precisamos fazer uma educação que permita uma troca justa de conhecimentos, dentro e fora da escola. A escola, por sua vez, precisa dialogar ainda mais com a sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É vasta a possibilidade e imensa a facilidade de constatar-se a alienação, seja dentro do lar, na escola, na comunidade de um modo geral e especialmente nas relações de produção porque a alienação está presente em nossas vidas, cotidianamente. Acreditamos que ficou claro que as suas manipulações ocorrem de maneira encoberta, seja pelas próprias condições em que os alienados se submetem para sobreviver, seja devido ao processo coercitivo em que as instituições formais e os personagens alienantes nos inserem, tratando-a naturalmente.

Constatamos que a educação formal (a escola) trafega por caminhos incertos, igualitários às demais instâncias alienantes na sociedade, estradas tortuosas, esquecendo-se

que deve exatamente planar as estradas e lembrando-se que escola deve ser plenamente diferente de economia, pois esta última não se inquieta com caráter ou liberdade de escolha.

A família tem seu papel essencial evitando que a criança se afaste o mais distante possível dos fenômenos alienantes, e a escola também deverá proporcionar atitudes que desamarrem os nós causadores da alienação, principalmente através da flexibilização do currículo escolar, aproximando-o da realidade que circunda a escola, abordando temas de relevância social, através da transversalidade e da interdisciplinaridade (o que não é tarefa fácil). “Todo processo de educação bem-sucedido mereceria ser socializado, porém, esse trabalho é árduo, exige o rompimento com a acomodação” (FAZENDA, 2012, p. 10-11).

Outra possibilidade, que tem faces positiva e negativa (bastante usada pelos jovens, principalmente) e que deve ser aproveitada pela escola, são as mídias, tais redes de interconexão e compartilhamento, sustentadas por recursos tecnológicos incríveis e acessíveis, disponibilizam uma variedade de informações, nunca antes vistas, que se usadas de forma apropriada, racional, planejada e associada à metodologia didático-pedagógica de cada escola, pode tornar-se um excelente recurso em favor dos docentes e do aprendizado crítico pelos alunos.

Tais mídias, presentes na escola através de diversas ferramentas, precisam ser utilizadas de forma positiva (potencializando a aprendizagem dos educandos), no intuito de qualificar a relação ensino-aprendizagem, ou seja, ajudar na democratização de acesso ao conhecimento. Por outro lado, os educandos são (em sua maioria) usuários ativos de boa parte dos recursos de mídias (uma vez que se trata, também, de uma geração que nasceu em meio à grande quantidade de recursos tecnológicos com acesso a grande rede, logo, uma geração de “nativos digitais”), exigindo da escola que se use — da melhor forma possível — dos conhecimentos trazidos pelos alunos para o interior da sala de aula, enfim, da escola.

A escola precisa também trabalhar valores humanitários e sensitivos, tais como a interação, a criatividade e os valores de humanidade. É importante frisar que a educação aliena ainda na pureza e na fase de descobertas das crianças, por meio da inserção de conteúdos passivamente manipulados, através de professores alienados e obrigados a cumprir horas de aula por meio de conteúdos desproporcionais.

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Em contraste, cair na tentação dos reparos institucionais formais — “passo a passo”, como afirma a sabedoria reformista desde tempos imemoriais — significa permanecer aprisionado dentro do círculo vicioso

institucionalmente articulado e protegido dessa lógica autocentrada do capital (MÉSZÁROS, 2008, p. 48, grifo do autor).

A escola deve trabalhar com a parceria e com o auxílio das experiências do cotidiano, não se restringir apenas aos seus limites estruturais e ao que é dito pelo livro didático, pois a realidade é fator importante na boa construção da educação. E como explícito na citação anterior, não se contentar com as propostas mesquinhas de reformismo, forjadas dentro do próprio sistema do capital, já que os ambientes desfavoráveis à aprendizagem (alienados) causam deficiências nas crianças, tanto de natureza cognitiva como de ordem afetiva e social. Mesmo assim, concordamos que deve ser um ambiente favorável ao desenvolvimento cognitivo, desde que enriqueça a sua prática e avance para além dos seus limites.

Mais uma alternativa viável, simples e satisfatória, seria começar a ensinar de outra forma, promovendo integração e desvelamento da realidade de forma interdisciplinar e crítica, no intuito de formar indivíduos com visão ampla sobre a realidade, capazes de viabilizarem instâncias competentes para resolverem seus problemas e que, individualmente, tornem-se pessoas realizadas e criticistas no papel ou função que venham a desempenhar socialmente.

Nesse sentido, “romper com a lógica do capital na área da educação equivale a substituir as formas onipresentes e profundamente enraizadas de internalização mistificadora por uma alternativa *concreta* abrangente” (MÉSZÁROS *apud* ANTUNES, 2012, p. 87).

Isto significa que os professores precisam repensar a prática, não somente enquanto educadores, mas também como cidadãos e seres humanos e também terem garantido o direito à qualificação, para tornarem-se ávidos por conhecimento e mais fortes para compartilhá-los com os seus alunos, após isso, tentar modificar outras consciências, pois somente elas (em associação) poderão ir reclamar à sociedade.

6 REFERÊNCIAS

ANTUNES, Caio. **A educação em Mészáros: trabalho, alienação e emancipação**. Campinas: Autores Associados, 2012. (Coleção educação contemporânea).

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1993.

CARRAHER, Terezinha; CARRAHER, David; SCHLIEMANN, Analúcia Dias. **Na Vida Dez na Escola Zero**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18.ed. Campinas: Papyrus, 2012 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001. (Coleção A Obra Prima de cada Autor).

_____. **O Capital**. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988, (v. 1).

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009. (Mundo do Trabalho).

_____. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho).

MOTA, Myrian Becha; BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio**. São Paulo: Moderna, 1997.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dário. **História da Filosofia: do Renascimento aos nossos dias**. São Paulo: Paulus, 1991.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do Trabalho).

SOUZA, Francisco Pereira de. **Hegel e a Representação Política**. Maceió: EDUFAL, 2003.

TOMAZI, Nelson Dácio. **Sociologia da Educação**. São Paulo: Atual, 1997.

YUS, Rafael. **Temas transversais: em busca de uma nova escola**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

*Recebido em 06-09-2014
Aprovado em 20-02-2015*